

BALIZANDO CONFLITOS: CULTURAS POLÍTICAS NA COLONIZAÇÃO DO BRASIL HOLANDÊS¹

Acácio José Lopes Catarino²

Este pequeno estudo comparativo teve origem numa reflexão acerca dos meios lançados pelos europeus para formular a legitimidade da colonização. Desde o momento em que ela ocorria já havia questionamentos muito críticos, mas caracteristicamente eles estavam muito mais apontados na direção dos concorrentes, dando origem a percepções que se refletem até hoje na compreensão que historiadores e interessados fazem deste momento fundador das sociedades americanas contemporâneas.

Mais do que incompreensões conceituais, pretende-se aqui demonstrar que a discussão possui raízes bem mais profundas, ligadas tanto à experiência prévia de cada cultura europeia quanto ao modo pelo qual ela interage e se confronta com outros grupos na área de colonização (seja de grupos nativos ou europeus). Um texto de Patrícia Seed³, embora um tanto abrangente para os propósitos deste trabalho, propiciou elementos fundamentais na definição dos diversos modelos pelos quais cada grupo justifica a sua colonização.

Assim, o foco recaiu sobre como culturas políticas e práticas de auto-identificação por parte de diferentes coletividades podem se manifestar em diversos formatos (materializando-se em monumentos, obras, ícones, entre outros) que desde então tem sido entendidos como apartados entre si. Devido aos nossos próprios padrões de classificação destes registros (“estéticos”, “escritos” “históricos”, etc) nem sempre são vistos formando conjuntos de significação, que mantêm diálogos se entendidos como marcos de colonização.

Um espaço privilegiado para observar estes diálogos quase invisíveis foi o Recife, especialmente no momento em que Maurício de Nassau instala-se na sede do “Brasil holandês” e executa um programa que vai bem além da simples definição do interesse mercantil, político ou estético... mas para entendê-los será necessário recuar até às fundações do edifício colonial.

Como marco monumental, a Cruz do Patrão servirá como ponto de partida. Instalada pelos primeiros donatários em algum momento na virada dos séculos XVI-XVII, já registrada em princípios do século XVII como uma cruz de madeira altamente alçada para aviso aos navios, acha-se hoje escondida em meio ao parque de tancagem de combustíveis do antigo

¹ Trabalho apresentado no Simpósio Temático “Análises e Reflexões sobre a América Portuguesa”, durante o XII Encontro Estadual de História da ANPUH-PB, realizado no Campus da Universidade Federal de Campina Grande, em Cajazeiras (PB), entre 23 e 28 de julho de 2006.

² Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo. Professor Adjunto do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba.

³ SEED, P. *Cerimônias de posse na conquista europeia do Novo Mundo*. São Paulo: Unesp, 1999.

porto, isolada pelos aterros que a foram distanciando do mar. Ela mediava cotidianamente o primeiro contato com a terra daquele quem vem da marinha pela barra, como baliza que traçava seguras linhas imaginárias no espaço a vencer (figura 1).

Fincada no sítio dos pescadores que deu origem à vila (o “arrecife dos navios” do foral de 1537), a Cruz foi entretanto bem mais que um prático instrumento de navegação. Como monumento, representava um importante marco colonizador na mesma medida em que os padrões de pedra dos portugueses, lançados no decorrer dos séculos XV e XVI nas costas do Atlântico e Índico, o foram.

Marcos de posse definem-se diferentemente, e os portugueses o fizeram num sentido muito mais implícito do que outros povos europeus, inclusive ao reconstruir a Cruz do Patrão como um pilar de alvenaria. Nela não há qualquer inscrição que a represente como símbolo de autoridade terrena, qualquer propaganda que a identifique a algum rei. Mesmo a cruz que a encima não parece relacionar-se univocamente a um signo religioso, dado que também designa a constelação do Cruzeiro do Sul, orientação universal no hemisfério austral e testemunho impassível dos saberes de marinharia dos portugueses.

Como seus antepassados quatrocentistas, este padrão é apenas um suporte material que alerta aqueles que viajaram pelo oceano da precedência de outros navegantes, dá-lhes uma indicação de onde se encontram (como nos radiofaróis atuais) e lhes encaminham roteiros (seja para a própria barra, seja para outros portos).

Este marco, portanto, afirma-se apenas na medida em que se refere a outros, numa grade que ia crescendo na proporção em que as próprias “descobertas” iam se fazendo, terminando à volta do século XVI por tomar um contorno global. Cada um destes padrões, inclusive ao agregar novos conhecimentos, só tinha validade enquanto suportes de uma concepção metódica de entendimento e manipulação do espaço⁴.

Todos eram balizas, tal como alfinetes espetados nas esferas, para base das operações de estima navegacional, seja na escala local ou regional, seja numa escala mundial. Estão longe do simples reconhecimento da fisionomia costeira, uso mediterrânico ainda muito difundido entre os espanhóis em 1500, tal como indica a denominação dada ao Cabo de Santo Agostinho (Pernambuco) como “Rostro Hermoso”⁵.

Na verdade, para os portugueses envolvidos na constituição dos distantes pontos de apoio de um império mercantil, a determinação de um ponto qualquer na esfera terrestre e seu correspondente registro com exatidão, relativo a uma carta celeste, eram equivalentes, ou melhor, eram duas operações do ato de legitimação de sua posse. Pedro Nunes assim o adverte em seu *Tratado em Defesa da Carta de Marear* [1537], quando indica a

⁴ SEED, *op.cit.*, 143 ss.

⁵ Na atribuição do cronista Francisco Pereira da COSTA nos *Anais Pernambucanos* (2ª. Ed., Recife: FUNDARPE, 1984, VII: 325). Também denominado de “Cabo Feroso”, em mapa de Turim datado de 1523.

precedência portuguesa: “novas ilhas, novas terras, novos mares, novos povos; e acima de tudo, um novo céu e novas estrelas”⁶.

Como tal, diversamente dos anteriores *achamentos* episódicos de massas terrestres desconhecidas, os portugueses entenderam as *suas* descobertas como fruto de esforços sistemáticos e atribuíveis ao domínio de técnicas próprias. Embora não fosse evidente quer para os indígenas quer para os seus concorrentes europeus que a fixação descritiva dos novos territórios numa grade imaginária permitisse reivindicar *per si* o acesso exclusivo à sua exploração, esta justificativa era perfeitamente convincente para aqueles que compartilhavam a cultura dos astrônomos e monarcas lusitanos que as emitiam e sancionavam.

Entretanto, cada povo europeu, de acordo com sua tradição legal, suas heranças culturais e suas experiências na incorporação de novos territórios, desenvolveria padrões de legitimação das conquistas que se traduziram em modelos discursivos que descreviam o modo pelos quais grupos de colonos eram investidos de sua posse, em nome de um rei ou de sua coletividade de origem.

Estas atitudes visavam antes de mais nada aos seus compatriotas, que as assumiram ou criticaram desde o interior de um quadro de referências próprio, que tendia a se cristalizar exatamente a partir deste período inicial das colonizações do Novo Mundo⁷. Estes modelos assumiram formatos bem específicos, atendendo à diversidade de exigências para legitimação e incorporavam rituais considerados indispensáveis em cada um destes horizontes culturais, expressos em cerimoniais e cenários (como os *requerimientos* espanhóis ou a demarcação de quintais pelos ingleses)⁸.

Voltando ao Recife de 1630, é sintomático que a Cruz do Patrão tenha sido silenciada e não esteja assinalada em nenhuma das representações batavas do sítio do Recife, exceto naquelas que apresentam sua tomada (figura 2). Como num espelho invertido, teria sido destruída logo após a ocupação, como óbice à identificação cristalina de um novo domínio, assim antecipando o desmoronamento deliberado de Olinda, cidade sede do domínio ibérico na principal área açucareira do Atlântico?

Florescente potência naval, também foi próximo a portos que afirmaram-se os elementos essenciais do domínio holandês. Como a talassocracia portuguesa, de quem tomou de empréstimo “técnicas de navegação, táticas náuticas, estratégias comerciais, práticas contábeis e capitais”⁹, seus direitos ao exclusivo comercial tinham base na precedência de chegada.

⁶ Citado por SEED, *op. cit.*, 143.

⁷ ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989, 48.

⁸ Respectivamente: declarações prévias de intenções, herdadas da *jihad* sob a tradição malikita da Ibéria islâmica; antigas associações entre a jardinagem (*husbandry*) e o ato pelo qual o provedor (*husband*) define sua capacidade de sustentar autonomamente uma família. SEED, *op. cit.*, 13-4.

⁹ SEED, *op. cit.*, 210.

Ou, o que era entendido como equivalente, pelo estabelecimento de ligações mercantis permanentes ordenadas por permissões renováveis, oficialmente autorizadas a concessionários (outra prática portuguesa, embora neste caso sem o caráter de guilda urbana que as Companhias de Comércio das Índias assinalavam). Como sintetizou o cronista oficial do Conde:

“A liberdade comercial foi sempre o baluarte de uma grande potência. Com ela cresceram os tírios, os cartagineses, os persas, os árabes, os gregos e os romanos. Por isso, os nossos navios mercantes, comboiados pelas nossas armadas, navegaram primeiro para o Oriente, depois para o Ocidente, fundando fora da Europa como que dois impérios, sustentados por duas companhias”¹⁰.

Mas, não tendo criado as técnicas que originariamente possibilitaram as viagens pelo Mar Oceano (o clássico roteiro de bordo holandês originou-se da adaptação por Jan Linschoten dos itinerários oceânicos a que tivera acesso como secretário do bispo de Goa¹¹), a reivindicação centrava-se em torno do exame e descrição minuciosos dos acidentes geográficos de interesse para os europeus. O que implicava em localizá-los em relação tanto aos céus quanto na terra, isto é, nas cartas náuticas e nos mapas, na impressão dos quais distinguiram-se por séculos. Com efeito, para os flamengos descobrir era *ins-crever* no papel¹².

Descrever minuciosamente a terra e representá-la graficamente num mapa, localizando-a precisamente, denominar os marcos terrestres mais visíveis na paisagem em sua língua e disseminá-los publicamente através de impressos, demonstrando a presença e o poderio universal de uma confederação mercantil que transforma os direitos de propriedade (garantidos por estatutos) em posse efetiva através das ações. Da descoberta à colonização, eis o que significa conquistar, no sentido holandês do termo.

Pela dimensão da posteridade seu sucesso foi inequívoco, dado sua competência editorial, técnica e mercantil. Mas seria interessante reavaliar pelo ângulo das manifestações materializadas em textos, imagens e monumentos, atribuíveis de um modo ou de outro a Nassau, de que modo elas denunciavam um confronto pertinaz entre diversas culturas européias.

Um conflito nada surdo aos seus contemporâneos, pertencentes às comunidades que coexistiam na capital do Brasil holandês, num convívio que está longe de ser explicado em termos de conceitos unívocos como “urbanidade”, “civilização” ou “moderno”. Descobrir para os holandeses implicava uma produção comprovadora de sua expansão, e um dos suportes mais impactantes consistiu no registro de suas conquistas por meio de pinturas e

¹⁰ BARLÉUS, Gaspar. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil sob o governo do ilustríssimo João Maurício* [1647]. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1974, 5.

¹¹ SEED, *op. cit.*, nota 2 do capítulo 5, 238.

¹² SEED, *op. cit.*, 220.

mapas.

A *paisagem* estava a afirmar-se como gênero pictórico neste momento, cindida entre os desejos de enclausurar um estado virginal da natureza e o de remeter a uma natureza já humanamente marcada¹³. E uma das primeiras a ser codificada seria exatamente a paisagem “nordestina”, em especial pelas mãos de Franz Post, instituindo uma escritura da ação holandesa sobre a terra (quase) intocada. Por sua vez, a cartografia holandesa sobre o litoral brasileiro já estava em franco desenvolvimento antes da invasão de 1630, especialmente com a publicação de *A Tocha da Navegação* pelo experiente piloto Dierick Ruiters, que após sua captura em 1624 perambulou trinta meses por Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro¹⁴.

Integrando a perspectiva *vol d’oiseau*, a interpretação visual dos trópicos *in loco* transpõe-se enfim aos panoramas abrangentes das capitanias, já dotados de expressividade artística autônoma, culminando na série de gravuras encomendadas a Marcgraf e reunidas no mapa-mural *Brasilia qua parte paret Belgis* (1647) pelo impressor Johan Blaeu. Atribuídas a Franz Post, suas belíssimas vinhetas registram os sucessos da vida nas capitanias entre os rios São Francisco e Ceará-Mirim, com cenas do cotidiano, da economia e da guerra, além da diversidade intrínseca da sua natureza. A par do delineamento notavelmente detalhado do contorno litorâneo e das vias fluviais de penetração ao interior, denota-se um esforço no sentido de definir espaços e tipificar os grupos que compunham sua população, como legendas que são etiquetadas às diversas regiões conquistadas.

Editadas em seu aspecto original no *História dos feitos recentemente praticados...*, estas gravuras fecharam o que Barleus argumentava com veracidade ser um levantamento sem igual nas Américas e na Europa¹⁵. Estas figurações ultrapassariam o registro simplesmente descritivo e carregavam-se de estudado simbolismo em determinados trechos do livro. Barleus estava claramente apto a registrar a gesta nassoviana em prosa, mas o reconhecido latinista iniciou seu texto explicitando em verso as alegorias contidas no brasão central do falso rosto do livro (figura 3):

“A virgem pernambucana mira os seus olhinhos e, graciosa,
ergue uma mão, a qual segura a cana.
Próxima, a fecunda Itamaracá exhibe os seus nectários rácimos
e os magníficos dons do próprio solo.
Junto a ela, a Paraíba põe nas formas o dulcíssimo açúcar e o torna grato aos povos.
O avestruz, errante habitador do Rio Grande, foge correndo,
e falsamente imagina que se lhe dá de comer”¹⁶.

Lançados no mesmo ano pelo mesmo editor, tanto o mapa-mural quanto o livro alcançaram

¹³ ORAMAS, Luis, “Frans Post, invenção e “aura” da paisagem” in HERKENHOFF, Paulo (org.). *O Brasil e os Holandeses (1630-1654)*. Rio de Janeiro: GMT, 1999, 218.

¹⁴ GUEDES, Max. “A Cartografia holandesa do Brasil” in HERKENHOFF, Paulo (org.), *op.cit.*, 70.

¹⁵ GUEDES, M., *op. cit.*, 84.

¹⁶ Poema de abertura na edição traduzida por Cláudio Brandão [1974] do texto de BARLÉUS, *op. cit.*, V.

sucesso imediato nas Províncias Unidas, e seriam reimpressos nas décadas seguintes. Entretanto, dentre as heranças preservadas do “tempo dos flamengos”, talvez sejam os artefatos dos nativos e a primeira catalogação extensa e graficamente realista dos seres vivos das Américas que despertam maior admiração na atualidade¹⁷. Entre estes esforços avulta, além das hiperrealistas naturezas-mortas e dos fiéis retratos alegóricos das etnias existentes no Brasil pintados por Albert Eckhout, a organização em doze volumes da *Historia Naturalis Brasiliae* por Marcgraf e Piso (1648).

Portanto, mais do que fornecer informações úteis ou imagens agradáveis, este escrutínio de roteiros, paisagens e seres era parte integrante e essencial do processo de reivindicação da conquista. E em mais de um sentido, pode-se afirmar que o Palácio das Duas Torres era o pivô que, mais do que guardar e explicitar este esforço descritivo, o sancionava.

Nassau construiria para centro de despachos e recepções elegantes o Palácio de Friburgo. Era no entorno deste Palácio que espécimes enviadas de todo o Nordeste brasileiro, da África e da Ásia eram aclimatados no biotério. Este jardim exótico era espelhado pelas coleções de peças expostas no seu interior, nos moldes dos gabinetes seiscentistas de curiosidades. Este acervo complementava-se pelas obras de artistas e sábios vindos na *entourage* de Nassau (figura 4).

Aparato culminante da Cidade Maurícia pensada por Pieter Post, o *Vrijburgh* seria traduzido não como *Palácio da Liberdade* pelos locais, mas como o *Palácio das Duas Torres*. Uma das torres abrigava o observatório astronômico de Willem Piso (no qual o Conde acompanhou o eclipse solar de 1640) e a outra servia de farol e telégrafo ótico, unidas por uma galeria que encimava a arcada sobre o corpo central (figura 5).

Mas sua expressão arquitetônica mais evidente tinha entretanto outros usos além da opulência estética, como depreende-se do relato de um residente, quase quarenta anos depois: “No centro do jardim erguia-se a residência do Conde (...). Edifício de aspecto nobre que, ao que se diz, custou 600.000 florins. Oferecia uma perspectiva admirável, tanto de mar como de terra e suas duas torres podiam ser vistas do mar a cinco ou seis milhas de distância, servindo mesmo de baliza aos marinheiros.”¹⁸

O palácio de uma autoridade da Companhia das Índias ocidentais era o novo sinalizador para os viajantes. Não deixa de ser sintomático que, no notório episódio no qual uma multidão foi atraída para a inauguração da ponte sobre o Capibaribe a pretexto de fazer um boi voar, o Conde tenha eleito as torres do *Vriburg* como cenário.¹⁹

Sua presença conspícua, longe de dever-se ao capricho, chamava a atenção de todos para

¹⁷ RIBEIRO, Berta; van VELTHEM, Lúcia. “Coleções Etnográficas” in CUNHA, Manuela da (org.). *História dos Índios no Brasil*. 2ª. ed., São Paulo: Companhia das Letras, 104.

¹⁸ NIEUHOF, Johan. *Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil* [1682]. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981, 45.

¹⁹ CALADO, Manoel. *O Valeroso Lucideno*. 4ª. Ed., Recife: Fundarpe, 1985, I: 243.

a autoridade em nome da qual havia sido construído. Numa questão delicada para os holandeses, como a atribuição dos direitos de posse, contava-se em mais de uma maneira com o prestígio de Maurício de Nassau.

Se por um lado o próprio Conde era oficialmente apenas o representante maior da Companhia no Brasil holandês, Duas Torres era como um brasão da nova coletividade que se formava, insígnia coletiva na tradição medieval cidadina dos Países Baixos, tornando visível não só para todos os habitantes da terra, como desde o mar, qual era o grupo da comunidade que detinha a posse, marco crítico numa zona colonial infestada por culturas concorrentes e mais do que isto, hostis.

A presença de Nassau, materializada plenamente na sua *Residenz*, articula uma dimensão interna (propiciar a coesão dos recém-chegados) a outra externa; sua preeminência era assumida inclusive pelos luso-brasileiros de Pernambuco, que o chamavam por “príncipe”, segundo o testemunho do frei Manuel Calado²⁰.

O Palácio nucleia a Cidade Maurícia, nome de prestígio que Nassau recebera de seu tio-avô, líder da guerra pela Independência das Províncias Unidas. Situada não em Olinda, eixo simbólico do mando ibérico em Pernambuco (e por isto incendiada e abandonada após a invasão), nem tampouco no *dorp* (aldeia, vila, como era comumente chamado o Recife), a *Maurits Stadt* fixava um topônimo flamengo para a cidade-sede, o que conferia uma chancela importante no processo de registro geográfico pelos holandeses.

Em suma, recinto preservado e preservador dos sinais imprescindíveis da posse, não deixa de ser interessante (e sintomático) que o Palácio das Duas Torres também fosse... uma baliza. Retomando as palavras de Barléus, ecoadas por Nieuhof: “De cima delas descortinam-se, de um lado, as planícies do continente e, de outro, a vastidão dos mares, com os navios aparecendo desde longe.”²¹ Avistado à distância e representado no eixo central das gravuras e mapas da capital do Brasil neerlandês, o palácio de uma autoridade da Companhia das Índias ocidentais era o novo sinalizador.

Portanto, além de existir o (óbvio) descompasso entre as culturas nativas da América e as européias, pressuposto subjacente a boa parte do que se tem escrito em torno da implantação do processo de colonização, haveria que se levar em conta as disjunções e as trocas culturais propiciadas pelo desenvolvimento das diferentes matrizes culturais européias no período no qual ocorreu a colonização moderna, especialmente em seu período inicial.

Oposições como as que ocorreram no Recife nassoviano demonstram mais que a mera incapacidade de holandeses ou portugueses de aceitarem o diálogo (e a crítica), mas a afirmação de culturas políticas bem caracterizadas, que os levaram a não reconhecer

²⁰ CALADO, M., op.cit., I-101, 127, entre outras citações.

²¹ BARLÉUS, G., op. cit., 151-2.

atribuições de posse que não estivessem no interior de seus próprios quadros de referência. Como sublinha Patrícia Seed, não se deve homogeneizar o colonialismo como um único projeto europeu indiferenciado²².

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.
- BARLÉUS, Gaspar. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil sob o governo do ilustríssimo João Maurício* [1647]. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1974.
- CALADO, Manoel. *O Valeroso Lucideno* [1648]. 4ª. Ed., Recife: Fundarpe, 1985, I.
- COSTA, Francisco Pereira da. *Anais Pernambucanos*. 2ª. Ed., Recife: FUNDARPE, 1984, VII.
- GUEDES, Max. "A Cartografia holandesa do Brasil" in HERKENHOFF, Paulo (org.). *O Brasil e os Holandeses (1630-1654)*. Rio de Janeiro: GMT, 1999, 64-85.
- NIEUHOF, Johan. *Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil* [1682]. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981,
- ORAMAS, Luis, "Frans Post, invenção e "aura" da paisagem" in HERKENHOFF, Paulo (org.). *O Brasil e os Holandeses (1630-1654)*. Rio de Janeiro: GMT, 1999, 218-37.
- RIBEIRO, Berta; van VELTHEM, Lúcia. "Coleções Etnográficas" in CUNHA, Manuela da (org.). *História dos Índios no Brasil*. 2ª. ed., São Paulo: Companhia das Letras, 103-12.
- SEED, P. *Cerimônias de posse na conquista européia do Novo Mundo*. São Paulo: Unesp, 1999.
- SILVA, Leonardo, *Holandeses em Pernambuco*. Recife: L. Dantas Silva/ Instituto Ricardo Brennand, 2005.
- TOLLENARE, Louis de. *Notas Dominicais* [1816-17]. Recife: Secretaria de Educação e Cultura de Pernambuco, 1978.

²² SEED, P., *op. cit.*, 26.



FIGURA 1 – Cruz do Patrão em princípios do século XX. “Uma cruz de pedra elevada sobre a península de areia, em face da passagem maior, serve com alguns edifícios de Olinda de guia aos pilotos.”²³

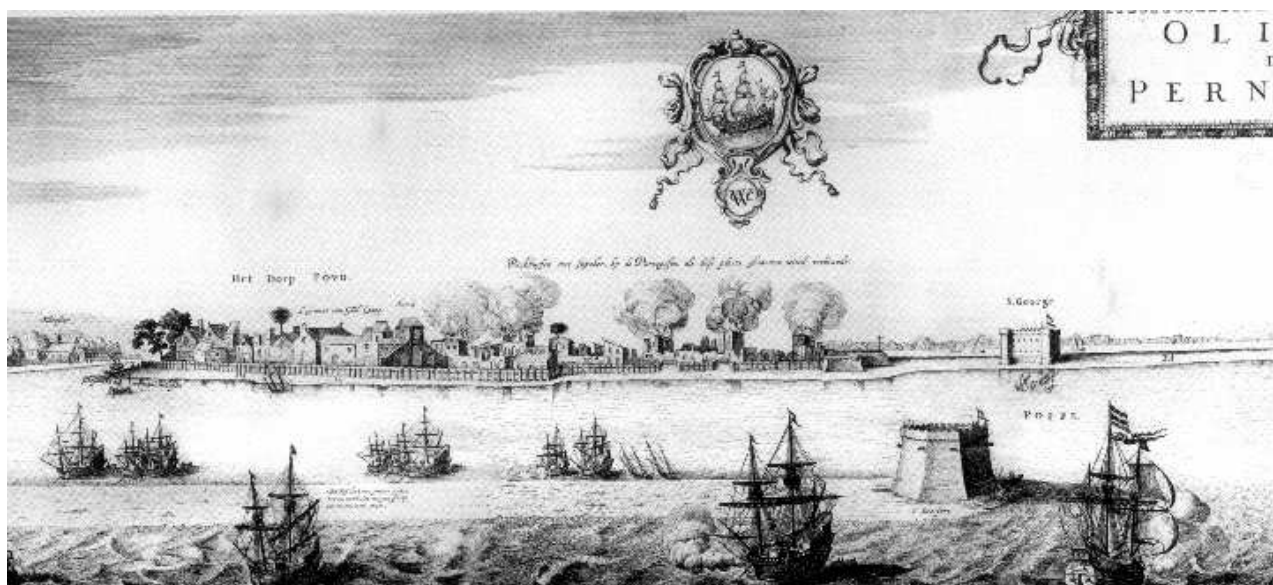


FIGURA 2 – Detalhe de “Descrição da vila de Olinda no país de Pernambuco”. Gravura de Johan Blaeu [1643]²⁴.

²³ TOLLENARE, Louis de. *Notas Dominicais* [1816-17]. Recife: Secretaria de Educação e Cultura de Pernambuco, 1978, 19.

²⁴ Reproduzida em SILVA, Leonardo, *Holandeses em Pernambuco*. Recife: L. Dantas Silva/ Instituto Ricardo Brennand, 2005, 28.



FIGURA 3 – Falso rosto da História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil [1647]

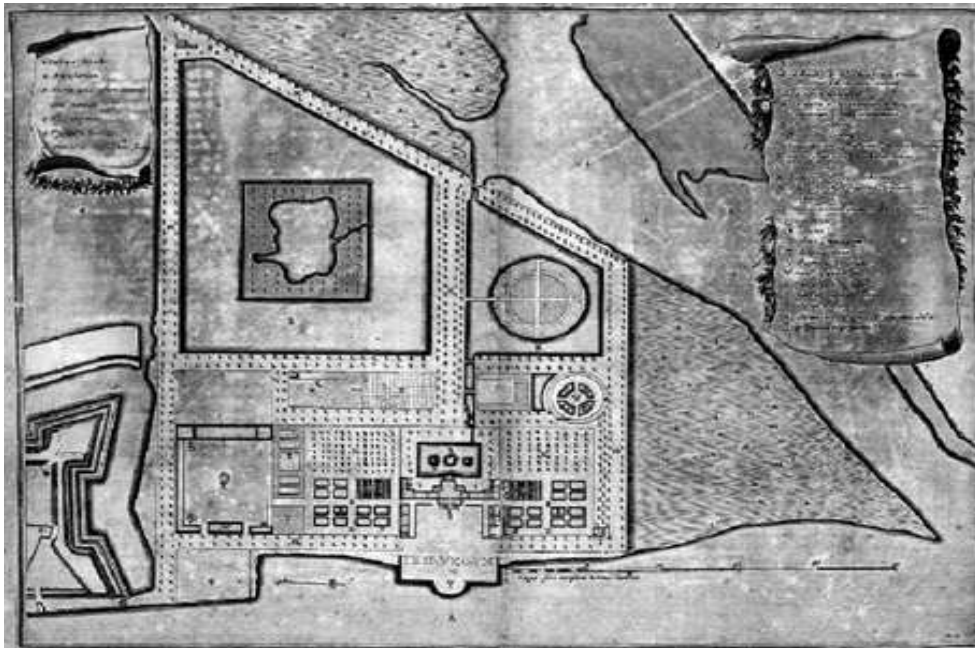


FIGURA 4 – Johan Blaeu, "Friburgum", in Gaspar Barleus, *História dos feitos recentemente praticados* [1647]²⁵.

²⁵ Reproduzido em HERKENHOFF, *op.cit.*, 90.

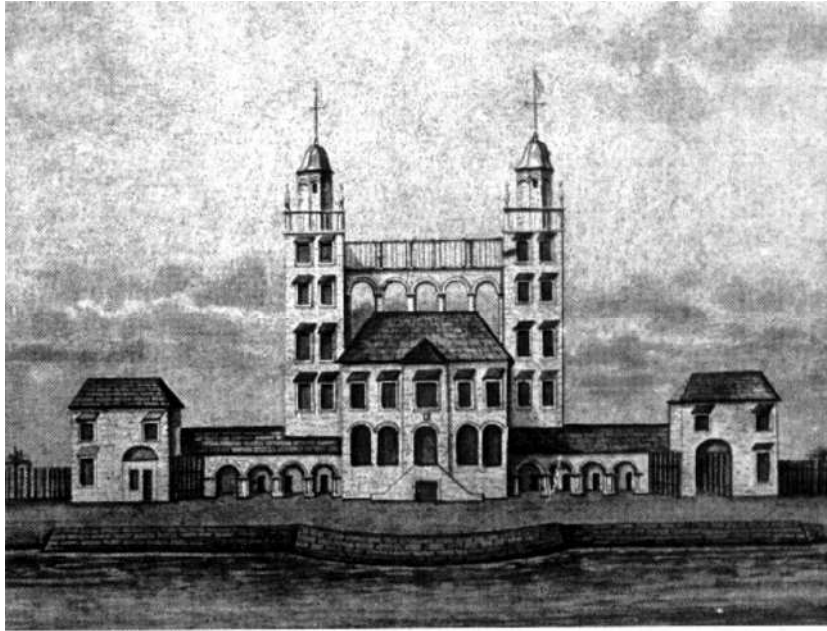


FIGURA 5 – Palácio Vrijburg ou “das Duas Torres”. Detalhe sobre gravura de Franz Post.